



Não dá pra aceitar a proposta de 15,8% em três anos. Mas já afastamos a ideia do reajuste zero

Na noite dessa terça-feira, 21, o presidente do STF, ministro Carlos Ayres Britto, disse que o governo acenou com a proposta de reajuste de 15,8% a serem pagos em três anos. O anúncio foi feito em reunião da qual participaram os coordenadores do Sindjus Alexandre Mesquita, Ana Paula Cusinato, Cleo Vieira e Jailton Assis.

A reunião durou quase três horas. Logo de início, Ayres Britto informou que o governo havia apresentado a sua proposta na parte da manhã, e que o STF nem aceitou nem rejeitou a proposta, preferindo estudá-la antes.

De forma enfática, os coordenadores do Sindjus afirmaram que a proposta de 15,8% em três anos não contempla a nossa categoria, a única que está sem reajuste há mais de seis anos. Disseram também que a proposta deve ser considerada apenas como o início das negociações, cabendo Supremo defender o índice que está sendo proposto pela categoria nos PL 6613 e no PL 6697, elaborados em 2008, de cerca de 56%.

A coordenadora do Sindjus,

Ana Paula Cusinato, afirmou ao ministro que "o reajuste de 15,8% em três anos é a mesma proposta apresentada a categorias do Executivo que tiveram reajustes há dois ou três anos. Ocorre que os servidores do Judiciário e do MPU estão há seis anos sem reajuste. Logo, há muitos argumentos para exigir a ampliação do percentual proposto. Além disso, a nossa remuneração está defasada em relação à da maioria das categorias do Executivo."

O coordenador Jailton Assis ressaltou a necessidade de um encontro entre o ministro Ayres Britto e a presidenta Dilma antes do dia 31 de agosto: "É fundamental que Vossa Excelência vá pessoalmente até a presidenta Dilma antes do dia 31 para que a negociação possa avançar. A negociação precisa ter peso institucional, de poder para poder."

O ministro Ayres Britto afirmou que concorda com os argumentos apresentados pelo Sindjus. Disse que vai estudar a



proposta apresentada pelo Planejamento e que irá pessoalmente à presidenta Dilma. "Para mim, o dia 31 é o Dia D. Vou continuar a defender os servidores porque acredito que é preciso valorizar as carreiras para manter o Judiciário funcionando."

Estas são as primeiras conclusões que podemos tirar do encontro com o ministro Carlos Ayres Britto:

1) Não podemos aceitar de jeito nenhum a proposta dos 15,8% porque esse índice é três vezes e meio menor do que o que propomos no PL 6613 e no PL 6697;

2) O fato de o Planejamento ter proposto o índice de 15,8% significa que está afastada a hipótese do reajuste zero. Devemos computar isso como vitória de nossa greve;

3) O avanço já conquistado indica que estávamos no caminho certo ao propor o fortalecimento da greve. Mais do que nunca, devemos ampliá-la ainda mais para que tenha resultados positivos o encontro do ministro Carlos Ayres Britto com a presidenta Dilma Rouseff.

Proposta de 15,8% faz crescer a greve

A quarta-feira foi uma confirmação do que esperava a diretoria do Sindjus a respeito da rejeição à proposta de 15,8%, percentual a ser parcelado em 3 anos. As pessoas ficaram indignadas. E responderam com mais adesões, pois consideraram que o governo ofereceu o mesmo percentual oferecido a categorias que tiveram contracheques reajustados há cerca de dois ou três anos. Os servidores do Judiciário e do Ministério Público estão há seis anos sem reajustes.

No encontro das caravanas no TRE, a dirigente do Sindjus Sheila Fonseca ressaltou a conquista dos professores universitários. "A presidenta Dilma acenou com reajuste zero para todas as categorias. Mas, por causa do fortalecimento da greve, os docentes chegaram a quase R\$ 5 bilhões no orçamento."

"Quem acompanha a greve desde o começo, vê que avança cada vez mais. Rompemos a barreira do não", acentua Adevilson Fernandes, do comando de greve

do Leal Fagundes. "A presidenta Dilma reconheceu a força da nossa greve. Mas precisamos melhorar. Cada servidor agora tem que trazer mais um, até que nosso ato seja vitorioso".

"Em Sobradinho, a categoria em peso rejeitou a proposta do governo", relata o técnico judiciário Salim Nader, que trabalha no fórum da cidade. "Há poucos dias, me perguntaram por que eu aderi, e eu respondi que foi por vergonha e dignidade. E hoje comecei o dia com muito mais ânimo e com força para dizer não, e para exigir o que é nosso direito".

Waldomiro Carvalho, do comando de greve de Planaltina, disse que na cidade a proposta de 15,8%, a ser paga em três anos, provocou a mesma reação. "Eu tinha dito a mim mesmo que não entraria em greve. Mas, tive vergonha e estou aqui. Não foi para isso que estudei tanto. A luta cresce, mas temos que lutar mais ainda", adverte o servidor. Segundo ele, a greve chega a cerca de 50% na cidade.

PLACAR DA REJEIÇÃO DOS 15,8%

JF/Asa Norte.....	Rejeição/ unânime
TSE.....	Rejeição/unânime
JF/.....	Rejeição/unânime
TRT.....	Rejeição/unânime
TST.....	Rejeição/ unânime
TJDF/Planaltina.....	Rejeição/ unânime
TJDF/Sobradinho.....	Rejeição/ unânime
TJDF/Leal.....	Rejeição
TJDF.....	Rejeição
TJDF/Samambaia.....	Rejeição/ unânime
TJDF/Taguatinga.....	Rejeição/ unânime
TJDF/Sig.....	Rejeição/ unânime
TJDF/Sede.....	Rejeição/ unânime
TJDF/Santa Maria.....	Rejeição
TJDF/Gama.....	Rejeição
TJDF/S. Sebastião.....	Rejeição/ unânime
MPDFT/Samambaia....	Rejeição/ unânime
MPDFT/Ceilândia.....	Rejeição

Fortalecer a greve para melhorar a proposta do Planejamento

"Nossa greve precisa ser ampliada para que a proposta apresentada pelo Planejamento seja melhorada e para que consigamos chegar no dia 31 com o orçamento necessário à aprovação dos PLs 6613 e 6697!" defende o cordenador Jailton Assis.

Proposta é debatida em todos os locais de trabalho

O Sindjus orientou e o comando realizou assembleias nos locais de trabalho para debater a proposta de 15,8% em três anos. "Essa forma é a mais democrática e transparente da categoria decidir sobre os rumos de sua carreira", declarou Jailton Mangueira.

Novo ato em frente ao Supremo nesta quinta-feira, às 15h

Nesta quinta-feira, a partir das 15h, faremos novo ato em frente ao Supremo. Na tarde da terça-feira, centenas de servidores marcharam da Praça dos Tribunais até o Supremo, portando cartazes e soprando buzinas. O aparato de segurança mobilizado pelo governo era absolutamente desproporcional, já que a manifestação era festiva e ordeira. Estamos exigindo o que é de direito!

Está provado se a greve crescer, os planos passam!